

Jornal Negócios

29-03-2010

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Negócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 17000

Temática: Recursos Humanos

Dimensão: 1460

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/28/29

Trabalho gratuito está por proibir há dois anos

● Governo responde que estágios não remunerados têm os dias contados

Quando assinou o acordo com os parceiros sociais que deu lugar à revisão do Código do Trabalho, o Governo prometeu "interditar os estágios profissionais extra-curriculares não remunerados". Quase dois anos depois, as

empresas continuam a recorrer livremente, e em alguns sectores de forma crescente, ao trabalho grátis de dezenas de milhares de jovens que, perante a falta de emprego, aceitam trabalhar a troco de nada. **Economia 28 e 29**

LEGISLAÇÃO LABORAL

Trabalho grátis continua legal quase dois anos após o anúncio de proibição

Compromisso assinado em concertação social ainda por cumprir. Governo garante que está a preparar um diploma

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
 catarinapereira@negocios.

Com a forte ameaça do desemprego e a economia em recessão estão criadas as condições para a proliferação de trabalho ao mais alto nível de precariedade: vínculo nulo e remuneração zero.

Em Junho de 2008, o então ministro do Trabalho, Vieira da Silva, anunciava ao País a interdição dos estágios extra-curriculares e não remunerados. Uma medida que está explicitamente prevista no acordo assinado em concertação social, no âmbito da revisão do Código do Trabalho. Vinte e um meses depois, a intenção não foi concretizada. Em resposta às questões do **Negócios**, o Ministério do Trabalho afirma que "está a trabalhar num projecto de diploma" sobre o assunto.

Quem quiser trabalhar de graça tem muito por onde escolher. Empresas de recursos humanos, farmacêuticas, escritórios de advogados, grupos de comunicação ou produtoras oferecem estágios não remunerados em anúncios disponíveis na Internet. São pequenas empresas ou grandes multinacionais, que, por vezes, exigem o 12º ano ou uma licenciatura. Em troca oferecem, frequentemente, "subsídio de alimentação" e a "possibilidade de integração na carreira".

Não há estimativas precisas, mas na esmagadora maioria das produções de cinema, publicidade e televisão "é muito frequente o recurso a estagiários", numa tendência crescente, afirma Michelle Chan, presidente do Centro Profissional do Sector Audiovisual. "Os estagiários estão a exercer funções que deviam ser atribuídas a um profissional. E quando querem começar a ganhar dinheiro são substituídos por outros estagiários".

A prática também "tem vindo a agravar-se" entre os jornalistas, reconhece Anabela Fino, da direcção do sindicato do sector. Em causa estão os casos de "aproveitamento de mão-de-obra não paga pela maioria dos órgãos de comunicação social", à margem dos estágios curriculares ou de acesso à profissão. A dimensão do fenómeno "já teve altoss baixos", sendo mais visível no Verão.

Mais recentemente, a quebra nas receitas publicitárias e o excesso de jornalistas para a dimensão do mercado alimentaram um fenómeno que condiciona os salários da profissão, acrescenta.

A regulação legal dos estágios de acesso às profissões é outro dos pontos previstos no acordo assinado em concertação social. O bastonário da Ordem dos Advogados afirma ao **Negócios** que existem, neste momento, 5.160 licenciados em estágios de acesso à profissão. "Admito que a maioria não seja remunerada", diz Marinho e Pinto, que defende que deve ser o Estado a garantir o salário, à semelhança do que já acontece com os magistrados.

Vazio legal compromete empresas e penaliza funcionários
 É a própria ausência de remuneração que pode dar cobertura legal a este tipo de situações, sublinham especialistas ouvidos pelo **Negócios**.

"O facto da lei não proibir directamente estes estágios não significa que eles sejam sempre permitidos", sublinha Pedro Furtado Martins, da Sérvulo e Associados, referindo que a questão tem sido pontualmente discutida em tribunal. "Mas a legislação estabelece como elemento essencial do contrato o facto de ser remunerado. Quando a situação não é remunerada, afasta-se a possibilidade de provar que se está perante um contrato", diz.

O "vazio" legal não é desjeado por algumas empresas, que acabam por recorrer a "esquemas alternativos", diz o advogado João Santos, da Miranda Correia Amendoim & Associados. "E depois há sempre um trabalhador 'chico-esperto' que se lembra de reclamar uma relação laboral. Não acontece muito, mas o risco existe e poderia ser afastado pela regulamentação", acrescenta.

"Não vejo nenhuma razão para alguém prestar uma actividade sem contrapartida", afirma António Dornelas, investigador do ISCTE, que defende que até os estágios curriculares deveriam ser pagos. "São formas atípicas de trabalho que tendem a corroer a eficiência da regulação do mercado. É um bocadinho como a corrupção. Cresce quando passa a ser socialmente tolerada".



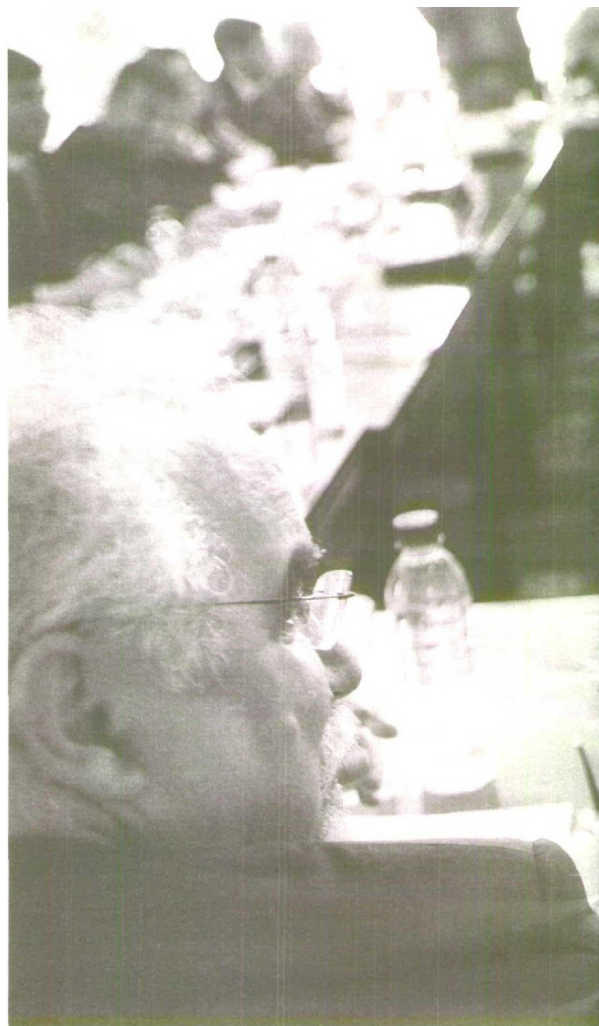
O trabalho gratuito não é proibido, mas há situações ilícitas, diz Pedro Furtado Martins.

Quando não é remunerado afasta-se a possibilidade de provar que se está perante um contrato.



Qualquer relação de trabalho deve ser paga, defende António Dornelas.

São formas atípicas de trabalho que crescem quando socialmente toleradas.



Um anúncio precipitado? | No texto do acordo assinado, em Junho de 2008, com os pa

DOIS CASOS REAIS

POR TODO O PAÍS MULTIPLICAM-SE OS JOVENS QUE TRABALHA MOSTRAM-SE RESIGNADOS E PREFEREM TRABALHAR SEM SALÁRIO

UM ANO A RECOLHER FACTURAS PARA GANHAR 100 EUROS

Começou por ser um estágio curricular. Mas arrastou-se por nove meses com as mesmas condições: pagamento de 100 euros por mês contra a apresentação de facturas no mesmo valor. "Tinha que apresentar despesas no valor do dinheiro que recebia. Justificadas com situações de almoço com cliente, por exemplo, e submetidas em nome de outro empregado da empresa." Quando percebeu que o empregador não estava interessado em contratar, a recém-licenciada mudou para um novo estágio numa nova agência de comunicação. O esquema manteve-se, mas o salário quase duplicou. Passou a ganhar 180 euros por mês. Foram mais nove meses a escrever comunicados à imprensa, elaborar planos de comunicação, preparar a

organização de eventos, entrar às nove e meia sem ter horas para sair e entregar facturas para justificar o salário. "Todos os estagiários tinham o mesmo esquema e pelo que percebi é assim que funciona neste mercado". Sabia que podia exigir mais, mas nunca chegou a fazê-lo. "Vontade tinha, mas pensava sempre que estava a trabalhar para aprender, e deixei andar". Considera que foi "uma boa aposta" porque acabou por conseguir um contrato com a empresa e porque sentiu que foi "acompanhada". Passou então a ganhar 550 euros por mês. "Já sentia alguma retribuição, mas passei a fazer um trabalho de responsabilidade acrescida". O terceiro contrato a prazo chegou, entretanto, ao fim. Vai ser dispensada. Agora, está a pensar em voltar a estudar.



ceiros sociais (excepto a CGTP), Sócrates e Vieira da Silva inscreveram o compromisso de pôr cobro aos estágios não remunerados. A decisão ainda não saiu do papel.

A TROCO DE NADA. DADO O DESEMPREGO CRESCENTE E A FALTA DE SAÍDAS PROFISSIONAIS, A MAIORIA ADAPTA-SE ÀS CONDIÇÕES E DIZ QUE NÃO SE ARRENDE.

Todos tinham o mesmo esquema. Pelo que percebi, é assim que funciona o mercado.

TRÊS MESES DE ESTÁGIO EM NOVE DE PROCURA DE EMPREGO

Terminou o curso em Julho e passou meses a enviar currículos. Para jornais regionais, nacionais, económicos e desportivos, mas garante que na cidade onde vive, no Norte do País, a maior parte das empresas não está disponível. "Percebi logo que ia ser muito difícil conseguir um estágio profissional, apoiado pelo Estado. As empresas dizem que por causa da crise não têm dinheiro para pagar a parte que lhes cabe", refere, em conversa com o **Negócio**. A primeira oportunidade surgiu em Novembro, para um estágio não remunerado num jornal regional. "A experiência foi muito

boa porque me deu uma ideia do que seria o mercado de trabalho". Distinta da que estava à espera. "É tudo diferente do que aprendemos na universidade. Como fazer uma notícia, como fazer um título... Havia muitas pressões da parte comercial. Os jornalistas raramente podem escrever o que querem. E quando sai um estagiário entra outro". Começava a trabalhar às dez e saía às seis, durante três meses em que não recebeu qualquer incentivo financeiro por parte da empresa. "Vivo com os meus pais, que têm vindo a suportar todos os custos". O estágio terminou e continua a enviar currículos, mas alargou o leque ao "marketing" e à assessoria e diz-se disposta a viver em Lisboa ou no Porto. Não teve mais nenhuma proposta. "A maior parte dos meus colegas está desempregado".

A experiência foi muito boa porque me deu uma ideia de como seria o mercado.

APOIO AO EMPREGO

Estágios subsidiados dão salários acima da média

Foi a intervenção mais visível do Estado numa área de regulação dúbia. Os Estágios Profissionais apoiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) abrangeram, no ano passado, 29.837 pessoas, superando a execução prevista. O Governo garante que grande parte dos estagiários consegue emprego, mas nem sempre as empresas mantêm o nível salarial.

Estes estagiários não contam como contratados, não têm vínculo contratual, podem cobrir áreas com falta de pessoal e têm um custo salarial inferior ao salário mínimo, explicam as consultoras. Até porque não implicam encargos fiscais ou contributivos.

"A HRB Solutions, especializada em recursos humanos, fez

E é difícil para as empresas suportarem um salário do mesmo valor.

PAULO PEREIRA
HRB Solutions

uma simulação. Para um salário base 700 euros, o trabalhador custa à empresa cerca de 14 mil euros se for contratado e 20 mil euros se estiver num regime de trabalho temporário. Já quando se trata de um licenciado a estagar por via de um programa do IEFP, o custo é de cerca de 4 mil euros para uma empresa com menos de 50 trabalhadores.

O Governo garante que os estágios que apoia têm um elevado nível de empregabilidade. O problema surge no momento de negociar o salário, referem ao **Negócio** responsáveis das áreas de recursos humanos.

Um licenciado recebe no estágio cerca de 950 euros, valor que inclui o subsídio de refeição. "No interior do País, ou no caso de trabalhadores menos qualificados, é difícil para as empresas suportar um salário líquido do mesmo valor", afirma Paulo Pereira, sócio da HRB Solutions. Talvez por isso o Governo tenha avançado, este ano, com novos incentivos. As empresas que colocarem no quadro ex-estagiários terão isenções contributivas. **CAE**